

# Para construir novos tempos outros: reflexões sobre democracias golpeadas<sup>1</sup>

---

- Para construir nuevos tiempos otros: reflexiones sobre democracias golpeadas
- To make new other times: reflections on coupéd democracies

Paulo César Carbonari<sup>2</sup>

*“Quando se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestorário dos problemas, vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio do outro”*  
(J. Rancière, O dissenso, 2006, p. 380).

**Resumo:** O ensaio aqui apresentado recolhe da experiência vivida elementos para construir uma reflexão para se debruçar sobre as democracias golpeadas, particularmente a difícil democracia brasileira. Esta que vem sendo golpeada sob os mais diversos pretextos e das mais diversas formas nos últimos tempos. Talvez se revista por demais dos ânimos exaltados, típicos da reflexão que se faz no calor dos acontecimentos. Mas, por outro lado, ao preservar a vivacidade do vivido, ganha força e se põe como subsídio para construir novos tempos. Fundamentalmente se quer uma contribuição para subsidiar

---

1 Um esboço deste texto foi publicado eletronicamente pelo blog *Empório do Direito*, em 30/04/2016. A versão agora editada é a do texto revisto e atualizado.

2 Doutor em filosofia (Unisinos), professor de Filosofia no Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE), Passo Fundo, RS. Passo Fundo, RS, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul.

a construção de novos tempos, tempos outros, tempos que emergem das resistências que produzem re-existências. A leitura sobre os desafios para os direitos humanos segue subjacente e, a rigor, um dos objetivos pretendidos na análise. Junto com ela a necessária revisão de certas concepções consensualistas de direitos humanos e de democracia. Reafirma a convicção de que a democracia se faz como obra de construção dos dissensos que fazem emergir aqueles/as que historicamente ficaram à margem como suas vítimas. Revisitada mais de um ano depois de sua escritura original e de sua primeira publicação parcial, apresenta-se ainda com potência, mesmo que agora, revisada apenas no que é necessário para o que se objetiva com esta nova publicação

**Palavras-chave:** Democracia brasileira. Golpe. Novos tempos. Resistência. Direitos Humanos..

**Resumen:** El ensayo aquí presentado recoge de la experiencia vivida elementos para construir una reflexión para centrarse en las democracias golpeadas, particularmente la difícil democracia brasileña. Esta que viene siendo golpeada bajo los más diversos pretextos y de las más diversas formas en los últimos tiempos. Tal vez esté por demás de ánimos exaltados, típicos de la reflexión que se hace en el calor de los acontecimientos. Pero, por otro lado, al preservar la vivacidad de lo vivido, gana fuerza y se pone como subsidio para construir nuevos tiempos. Fundamentalmente quiere ser una contribución para subsidiar la construcción de nuevos tiempos, tiempos otros, tiempos que emergan de las resistencias que producen re-existencias. La lectura sobre los desafíos para los derechos humanos sigue subyacente y, en rigor, uno de los objetivos pretendidos en el análisis. Junto con ella la necesaria revisión de ciertas concepciones consensuadas de derechos humanos y de democracia. Reafirma la convicción de que la democracia se hace como obra de construcción de los disensos que hacen emerger a aquellos que históricamente se quedaron al margen como sus víctimas. Revisada más de un año después de su escritura original y de su primera publicación parcial, se presenta todavía con potencia, aunque ahora, revisada sólo en lo que es necesario para lo que se objetiva con esta nueva publicación.

**Palabras clave:** Democracia brasileña. Golpe. Nuevos tiempos. Resistencia. Derechos humanos.

**Abstract:** The essay presented here draws from the lived experience elements to construct a reflection to examine the couped democracies, particularly the difficult Brazilian democracy. This one that has been struck under the most

diverse pretexts and of the most diverse forms in recent times. He may be overexcited, too, typical of the reflection of the heat of events. But, on the other hand, by preserving the vivacity of the lived, it gains strength and is put as a subsidy to build new times. Fundamentally, if we want a contribution to subsidize the construction of new times, other times, times that emerge from resistances that produce re-existences. Reading about the challenges to human rights underlies and, strictly speaking, one of the aims sought in the analysis. Along with it the necessary revision of certain consensualist conceptions of human rights and democracy. It reaffirms the conviction that democracy is a construction of the dissensions that give rise to those who historically have remained on the sidelines as their victims. Revisited more than a year after its original writing and its first partial publication, it still presents itself with power, although now, only revised in what is necessary for what is objectified with this new publication.

**Keywords:** Brazilian democracy. Coup. New Times. Resistance. Human rights.

O momento histórico é sombrio, ainda mais sombrio. Afinal, nele vivemos sob o sol “cujos raios gelados amadurecem a sementeira da nova barbárie”. É sombrio porque o horizonte é triste, desanimador, com desfecho que confirma a cada novo dia uma “irrefreável regressão”, que é resultante da “maldição do progresso irrefreável”. Assim iniciamos com estes dois fragmentos de Adorno e Horkheimer, em *O conceito de Esclarecimento* (1991, p. 43; p. 46). Eles desenham com força terrível o que nos é dado viver. Por outro lado, assim como Arendt, que viu pequenas luzes, ou, como ela dizia, “retratos” capazes de orientar no meio do sofrimento dos tempos sombrios da primeira metade do século passado, esperamos não apenas mapear a regressão e a barbárie.

\* \* \*

Os mais pobres e aqueles/as que ao longo de séculos pagaram com sua vida pela desigualdade estrutural, a concentração do poder e da riqueza, o racismo, o patriarcalismo, o patrimonialismo e tantas outras práticas perversas, seguem pagando ainda mais duramente a conta. Continuam sendo os que não têm palavra, mesmo que tenham voz, por isso sem serem ouvidos pelos patrícios que comandam o poder e o dinheiro. Parece que vão seguir pagando ainda mais duramente. O que está em jogo com o golpe havido no Brasil não é somente o cargo da presidenta, o voto legítimo, o estado democrático de direito, a democracia, o que já seria muito. Por isso sequer se man-

teve a democracia como regra do jogo, como teria esperado Norberto Bobbio.

O que está em jogo é o presente e o futuro para os “deserdados”, e estes já estão em jogo há muito. Está em jogo o presente e o futuro daqueles/as que foram incluídos ainda que pelo mínimo e pelo consumo descolado dos direitos, e daqueles/as que sequer chegaram a tal. Seu presente e seu futuro dependem de muito mais do que salvar cargos ou reputações. Dependem de manter aberto um horizonte que não seja sombrio. O fato de terem sido incluídos perifericamente pelo mínimo e pelo consumo é uma razão a mais para que o futuro se lhes desenhe preocupante – e seu presente já comece a fazer cair ao que chegaram. A lógica do consumo faz direitos serem confundidos com méritos e privilégios – “se melhorou é porque corri atrás”, “porque eu mereço” – afinal, só está incluído pelo consumo “quem pode pagar”, aquele que “conquistou por seu esforço”. Se já não tem poder de compra, estão fora. A derrota que se segue é ainda maior e empurra para menos dos mínimos. Os poucos que restam incluídos pelo consumo: a estes sobrarão o “rebaixamento do teto”<sup>3</sup>. Enfim, estas distorções retornam na baixa percepção da cidadania, na baixíssima intensidade dos direitos, na baixa vida política, no baixo compromisso coletivo. Certamente teria sido muito melhor se o tivessem sido incluídos pelo máximo e pela cidadania, pelos direitos, com direitos humanos.

\* \* \*

A história recente nos leva a junho de 2013. O que lá se manifestou como clamor multitudinário e diverso ainda não teve a acolhida e nem mesmo a resposta adequada. As potências abertas pelas novidades que ali emergiram não foram articuladas em perspectiva para que pudessem se afirmar e se converter em novas agendas de direitos capazes de impactar as decisões nas mesas dos palácios. Facilmente acorreram acólitos destes “altares” para fazer tudo ficar apaziguado e tudo ficar “resolvido” com uma pautazinha de uns quatro ou cinco pontos, fracos (e bastante falsos) – a agenda ali levantada seguiu e não foi acolhida, ainda não foi. Em termos de dissenso, cumpriu o seu papel político, mesmo que as “polícias” tenham tentado dar-lhe um lugar.

Logo aqueles que por séculos mandam – e seguiram mandando nos últimos anos pela via das pactuações e coalizões – viram aí uma brecha para transformar o descontentamento em tentativa de reverter a agenda da sociedade brasileira. Haviam tentado isso em 2005/2006 e ainda não o tinham conseguido. Por isso é que retornam em 2014, mesmo que eleitoralmente

---

3 Trechos extraídos da Emenda Constitucional nº 95/2016

não o tenham conseguido, ainda que politicamente tenham acumulado. Seria simplismo achar que se as personagens do segundo turno fossem outras o resultado seria melhor.

Não o tendo conseguido eleitoralmente e nem politicamente, o conseguiram institucionalmente – até porque o tem conseguido em diversos sentidos pelas seletividades judiciais e midiáticas. Dizer que *impeachment* não é golpe porque está previsto na Constituição não é suficiente, já que a questão não é só de vício de formalidade, mas também de materialidade, dado que parece não ser sustentável a acusação de existência do crime pelo qual a mandatária é acusada, como nos repetem juristas sensatos e que, mesmo críticos do governo, seguem firmes na defesa da democracia e dizendo que há falta completa de sustentação jurídica para a proposta aprovada pelo parlamento. O golpe, dizem, e com eles concordamos, está exatamente em se apresentar de novo tipo, por dentro da institucionalidade, travestido.

\* \* \*

Reclamar da seletividade e da parcialidade do sistema de justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia e suas linhas auxiliares) e da grande mídia é necessário. Mas, em algum momento não o foram? Sempre foram, sobretudo para os mais pobres e para aqueles/as que têm sua vida sacrificada no holocausto da injustiça e da violência. No caso do sistema de justiça, os mais pobres conhecem a “condução coercitiva”, o desrespeito ao devido processo legal, a indisponibilidade de ampla defesa e vários outros desmandos que são aliás práticas corriqueiras. Isso vem sendo denunciado há décadas pelos movimentos de direitos humanos do Brasil e do mundo. Amarildo já é um ícone que, infelizmente, não é o único, a ele se soma Rafael Braga. E a eles se somam milhares, sem nome!

A ausência do terceiro pé da justiça de transição, para além da memória e da verdade, fez com que boa parte dos operadores do sistema que atuaram na ditadura permanecessem, e alguns ainda permanecem, ativos na democracia, atuando por dentro das instituições contra sua democratização efetiva, contra a nova Constituição. Há exemplos de sobra do que isso tem significado efetivamente.

No caso da grande mídia, mais uma vez – isto porque foi assim em 1930 e em 1961 –, se forma uma articulação, cuja opinião dos principais veículos é única, sem dissonâncias (se há alguma é parcial e não está entre os que compõem a grande mídia), mesmo que no caso atual haja boa parte de divergência dos principais veículos internacionais (vide manchetes de principais jornais do mundo sobre o que está ocorrendo no Brasil). A não demo-

cratização, por um lado, e a falta de fortalecimento de iniciativas alternativas e populares (rádios comunitárias, por exemplo), por outro, redundam num desamparo concreto da sociedade, que fica refém da ação massificada e massificadora da opinião única dos grandes veículos que há tempo deixaram de ser somente veículos para serem agentes do sistema econômico do qual são parte.

\* \* \*

Abdicar de democratizar os últimos bastiões que sustentaram e fizeram a defesa da mais recente das ditaduras militares que vivemos (o sistema de justiça e a grande mídia) não poderia gerar outra consequência senão que manter neles o germe antidemocrático.

O máximo de democracia que conseguimos efetivar é do tipo *double bind*, aquela que só se invoca ou se defende quando convém aos interesses sectários, seletivos e parciais: até se concorda com democracia, contanto que não tome o poder daqueles que sempre o tiveram; até se aceita direitos humanos, mas só para “humanos direitos”; até se invoca justiça, contanto que não tome propriedades; até se aceita igualdade entre homens e mulheres, mas querer que mulheres ganhem o mesmo que homens, já é demais; não se é racista, mas negro na mesma turma da universidade ou no mesmo elevador, não dá!

Não consolidamos a democracia, nem mesmo aquela democracia consensualista, superficial e seletiva. Estamos longe de realizar uma democracia aberta a acolher os/as sem palavra, os/as sem lugar, o “resto”, negados como existência no mundo dos que ocupam todos os lugares, particularmente uma democracia para divergir, para o dissenso – até porque, no simples reconhecer o dissenso já se tem que reconhecer que os que discordam são parte de um mundo comum, mesmo que o mundo e o que eles queiram para o mundo possa ser exatamente destruir este mundo comum que os mantém na condição dos sem palavra. Para estas maiorias, os “ninguém”, como diz Galeano, sempre sobram só as patranhas que os fazem simplesmente não existir, como o que aconteceu, por exemplo, aos trabalhadores rebelados em *Cien años de soledad*, de Garcia Marquez.

Não temos uma democracia representativa [não fizemos a reforma política necessária, só se remendou por alto] e o que temos é o pior parlamento das últimas décadas (segundo o Diap), financiado pelo setor privado, com dinheiro privado e com dinheiro público desviado através da corrupção. O financiamento empresarial e privado de campanhas não é outra coisa do que a institucionalização da corrupção como prática “democrática” de eleição.

O que há de novo nisso: talvez a revelação das quantidades, dos agentes e das fontes – não todas, parte delas, aquelas que interessa mostrar e aqueles que “se quer pegar”.

Não avançamos na democracia direta, sequer cogitamos fazer plebiscitos e referendos sobre questões cruciais. Quando propostos pela sociedade civil num exercício cidadão e informal, como no caso da reforma política, saltam os “donos do poder” assustados com os rumos do que os “sem poder” poderiam dar e logo recolhem soluções parciais e resultantes de acordos “por cima”. Logo vêm os “formadores da opinião” para dizer que propor este tipo de participação é bolivarianismo – pobres dos genebrinos, teriam eles virado bolivarianos há séculos, mesmo que rousseunianamente nem soubessem disso.

A democracia deliberativa comum nos espaços de participação crítica e de controle social, dos conselhos, conferências e outros, se revelou um grande movimento, mas também mostra o “cansaço” da irresolutividade, do ouvir que não escuta, da protelação em nome da pactuação, entre outros aspectos. Não basta fazer mais de cinquenta conferências nacionais com milhares de participantes: o que se fez com o que nelas foi “deliberado”?

Para os “donos do poder”, os de sempre e os de ocasião, a democracia brasileira ainda precisa continuar sendo como na Grécia, onde começou: só pode servir aos iguais, nunca para os/as que “não têm títulos para governar”, o povão, os que não participam porque não podem ser entendidos no que dizem, não têm o *logos*, a palavra, ou ao menos uma palavra que exceda o ruído e possa ser entendida pelos que estão acomodados no mundo dos que falam sempre a mesma língua, monótona, monocultural.

Para os que “chegaram ao poder” parece ter sido melhor acomodar-se ao disponível, sem conclamar aos/às que nunca nele estiveram a se apoderar dele, não como lugar, mas como relação, tensão, conflito, como afirmação, como disputa. Talvez o que se fez foi preferir acomodar a distribuição do poder a criar as condições para que os *sem palavra* emergissem na cena política como sujeitos sob controle. E quando assim se fez, foi mais para incorporá-los à lógica da manutenção de sua não inclusão efetiva do que, por tê-los incorporado, produzir uma mudança substancial da lógica excludente e seletiva de sempre. Até foram chamados à participação, contanto que fosse contida e que não viesse para “atrapalhar”. Não se pode esquecer que ter ampliado o poder de compra, ter aberto a universidade, ter ampliado o acesso à casa própria, ter mantido o poder de compra do salário mínimo, as aposentadorias – a lista de ações inclusivas é ótima, colaborou por demais –, incomodou muito aos que a acham excessiva. Mas, a questão é: esta inclusão serviu para tornar a sociedade consciente do imenso fosso que separa a milhões dos direitos e da dignidade ou serviu para torná-los funcionais ao próprio sistema de exclusão



– estes já não estariam entre os excluídos, que seguem sendo os outros/as –, despotenciando-os em sua condição de sujeitos políticos.

Parece que ainda estamos longe de aprender que democracia não é só consenso, pacto, conciliação. Entender a democracia assim é tomá-la somente como parte, parcial, aquela que interessa àqueles/as que sempre a manipularam descarregando-a da força política, despolitizando-a. A política e a democracia se fazem nas divergências, conflitos, lutas, num permanente processo de deslegitimação e de desinstitucionalização do que se faz justo por injustiça, do que se faz legal por exceção ou ilegalidade, do que se faz democrático sem participação. A política e a democracia que fazem sentido desarmam o poder como dominação e como legitimidade da dominação, qualquer tipo, todo tipo, de dominação. Uma democracia que não é capaz de desarmar as potências dominadoras e as legitimidades naturalizadas facilmente se converte no seu contrário, na legitimação da dominação, sem que esta legitimação seja legítima, fazendo com que a dominação siga, mesmo que ilegítima: seguem-se artimanhas e produzem-se processos e produtos para que tudo pareça transcórre na naturalidade, na normalidade, na moralidade, na legalidade.

O estado democrático de direito e a legalidade, tão defendidos e invocados num contexto de completo desrespeito ao mínimo de sua vigência, pode também ser uma possibilidade funcional à manutenção da dominação e da violência, como bem lembra o jovem W. Benjamin de *Para uma crítica da violência* (2011). Não basta ser de direito para que seja justo e que seja democrático. Muito do Direito serve exatamente para legitimar a dominação e a manutenção da violência e da exclusão; muito do Direito é instituído à base da força e da violência. Claro que sem ele as garantias estariam ainda mais distantes e de difícil realização. Todavia, não dá para confiar-lhe a democracia, nem mesmo a justiça. Elas, se puderem ser obra, o serão dos sujeitos políticos em ação e em movimento – mesmo quando sua ação seja a inação, a negação de toda a ação possível, a recusa a agir, o negar-se a fazer o que é injusto –, não serão obra de instituições, por melhores que sejam. A rede concreta, forte e vivaz que se constituiu pela base em diferentes coletivos, organizações e espaços, que dá vazão a uma perspectiva contra-hegemônica e, mais do que isso, instituinte de uma nova institucionalidade que requer uma nova democracia, uma nova legalidade, paradoxalmente livre da ilegalidade nela presente, é que abre ao novo. As centenas de manifestações e de articulações que se desenharam nos últimos tempos é que podem ensinar o novo neste campo.

\* \* \*



Há uma questão que merece uma reflexão de fundo e que diz respeito ao crescimento do poder econômico que vai atravessando o conjunto da vida social e política. A lógica do capital e sua “jaula de ferro”, como sugere Löwy (2015), enredam o conjunto dos processos e os apequenam, fazendo-os restringir-se à compra-venda, sacrifício no altar de Moloch. Fora disso, morte. Benjamin, em *O Capitalismo como Religião* (2013, p. 21), diz que o

capitalismo deve ser visto como uma religião [que gera] uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar, lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação, [sendo que o próprio “deus” dessa religião...] precisa ser ocultado e só pode ser invocado no zênite de sua culpabilização.

A financeirização força para transformar toda a realidade em dinheiro, ou melhor, somente o que pode ser convertido em dinheiro tem sentido. Em artigo *Determinismo y autoconstitución del sujeto: las leyes que se imponen a espaldas de los actores y el orden por el desorden* (1996), Franz Hinkelammert diz que no capitalismo a competição entre os vários interesses é coordenada pela dinâmica do mercado, seguindo “forças compulsivas de fatos” (Sachzwänge) ou “leis compulsivas”, exteriores e inexoráveis, que, à luz de *O Capital* de Marx, são impostas “pelas costas” dos agentes, produzindo sobre eles um “efeito compulsivo” (1996, p. 31-32), que produz “uma ética que força a aceitar a ordem econômico-social das relações mercantis como necessária”.

O capital só concentra, dinheiro e poder, como revelou Oxfam (2016), em “economia para o 1%”, sem alternativas e, para que possa se manter, controla de forma draconiana os Estados, cuja soberania está profundamente ameaçada pela ação dos grandes grupos internacionais que não se submetem a jurisdição alguma, exceto suas próprias leis de expropriação. No Brasil isso se revela de forma contundente nos resultados dos grandes projetos entre os quais Belo Monte é seguramente o mais contraditoriamente exemplar de como a associação do Estado com o grande capital produzem morte e exclusão, violação de direitos humanos e tudo o que a velha ideia de “progresso” denunciada por Benjamin em *Sobre o Conceito de História* (1940) significa.

\* \* \*

A racionalidade que se faz urgente para dar conta de uma realidade tão dinâmica, complexa e paradoxal já não pode ser a que se contenta com a validade objetiva simplesmente, nem mesmo a da interpretação aberta ao tudo vale, menos ainda a do binarismo que só vê extremos maniqueístas.

Também não basta uma racionalidade que acomode tudo e a tudo reconcilie na neutralidade e que, tão logo o exagero passe, tudo queira ver apaziguado – mesmo que numa paz fúnebre. Também não se trata de buscar certezas inabaláveis que rapidamente se convertem em fundamentalismos fascistas, totalitários e excludentes.

A racionalidade, que se desenha como potência, é uma que vá ao fundo, escave bem, mas que também esteja à superfície, seja multidirecional. E que seja capaz de acolher a palavra dos que não são ouvidos, a existência daqueles que jazem na invisibilidade da morte ou da *mera vida*, que afirme a primazia do resto como daqueles/as geradores/as de um chamado à responsabilidade, base de toda a vida em comum, de toda a vida política.

Trata-se de uma nova racionalidade que se faz experiência da presença do outro não como inimigo, não como ameaça, não como negação, mas como alteridade que irrompe corporeidade diversa e outra, dignidade irreduzível, subjetividade constitutiva. Esta racionalidade é suja, é confusa, é híbrida, é ruído para os padrões hegemônicos. É uma outra racionalidade: racionalidade do outro e, por isso, irreduzível ao mesmo e à mesmice...

No “instante de perigo” é que emerge a responsabilidade. Ela não se faz parcialmente, pelo contrário, faz-se sempre total, porque não se pode considerar apenas parcialmente quem está na condição de vítima, não se é responsável por ela apenas em parte. Por outro lado, é responsabilidade com uma parte, com aquela parte da humanidade que está em perigo para “frear” a linearidade do progresso gerador de opressão e de vitimização, como lembra W. Benjamin em *Sobre o conceito de história*. Não dá para concordar com o percurso e nem mesmo com o desenho de progresso hegemônicos, pois são geradores de mais exclusão. Trata-se de assumir posição; nisso consiste a responsabilidade.

Uma posição para reverter o processo que faz da exceção a regra, numa perspectiva a “contrapelo”. Há uma responsabilidade com a efetivação de condições que venham para interromper a marcha triunfal do progresso a fim de fazer cessar a produção de exclusões e de não-existência como inevitavelmente naturais ao progresso. Trata-se de produzir saídas para escapar da “gaiola de aço” do sistema opressor, que se converte em religião e em adoração do dinheiro contra a vida e a convivência.

\* \* \*

Assim, formular retratos que podem se constituir em “lampejos” de alternativa, considerando as possibilidades desta nova racionalidade e deste novo sujeito político e ético que se desenha como potência: é o desafio nesta

travessia.

A travessia é constitutiva da vida humana como experiência de convivência intensa, nômade, peregrina. Ela impõe a solidariedade como condição substantiva de continuidade e até de sobrevivência; a gratuidade do estar com o/a outro/a, do sentir-se bem no convívio e na comunidade. No abandono do caminho que se faz ao caminhar, a presença do/a outro/a, seu apoio e cuidado, é condição para não soçobrar, não sucumbir, não parar de caminhar. Por isso, lampejos aparecem como retratos, como rostos, como sujeitos. Neles está a potência ética e política. É sua movimentação que preservará aberta a busca de alternativas que efetivamente sejam transformadoras das realidades, geradoras de novos tempos, de novos espaços.

Para isso há condições intransponíveis não, porque consensuais, mas exatamente porque revelam as tensões e as contradições mais profundas que ainda persistem e que por isso alimentam a vida política e a luta política. A primeira das condições é a afirmação da vida para todos/as, o que inclui paradoxalmente a vida dos/as que historicamente foram inscritos entre aqueles/as que não podem viver, aqueles/as que não poderiam mais do que *vida nua*, aqueles/as declarados/as *sacer*. Trata-se de afirmar a vida *em abundância*, o *bem viver*.

Mas, uma condição é a *conscientização* por meio de uma práxis pedagógica e ético-política de *participação dialógica*, como ensina o patrono, Paulo Freire. Não se nasce democrata, não se nasce tolerante, não se nasce justo; pode-se fazer-se democrático, tolerante, justo, pela ação democrática, pela ação tolerante, pela ação justa. Aprende-se a ser democrático, tolerante, justo; aprende-se pela participação dialógica geradora de consciência – multidimensional, nunca meramente conceitual ou cognitiva – e, portanto, politizadora por excelência. Esta participação é incômoda e paradoxal, pois cobra lugar em espaços nos quais nunca se deu espaço para aqueles/as que sempre ficaram de fora das decisões históricas, que as “assistiram bestializados”. Diálogo, neste sentido, nunca será somente convergência. Será, acima de tudo, provocação, deslocamento e, especialmente, encontro de diferentes, busca do comum, que não impõe e nem hierarquiza.

A terceira condição é a *organização* e a *luta* daqueles/as que foram historicamente excluídos/as para enfrentar as realidades que os/as geraram, provocando paradoxalmente a desestabilização da ordem “democrática” excludente, resistindo a todas as formas de “extinção”, transgredindo as margens estreitas do sistema gerador de vítimas e reproduzidor de lógicas e de realidades vitimárias, como sugere Enrique Dussel em *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão* (2000). Mesmo que aqueles/as que se funcionalizaram na “política policial” não gostem, que digam que a ação destes/as é ilegí-

tima, que os chame de bárbaros e violentos. Somente sua luta é que faz a humanidade perceber que aquelas que nasceram demandas particulares e até singulares podem ganhar status de direitos humanos se reconhecidas como bens comuns e necessários a todos/as. Os/as oprimidos/as, os/as excluídos/as se fazem sujeitos de transformação na medida em que lutam, na medida em que se fazem agentes de superação da condição de vitimização na qual foram colocados/as pela ordem vigente/excludente: em suas mãos está a possibilidade de explodir o “contínuo da história” e a história como continuidade.

Assim se poderá criar condições para que se afirme, se reconheça, se proteja, se respeite a *corporeidade* viva de cada singularidade. A singularidade afirmada é que pode construir pluridiversidades, não são somente convergentes e unificadoras/ uniformizadoras, mas de aberturas e potências em puro estado de potência. Estas aberturas é que fazem da dignidade uma experiência histórica cotidiana e efetiva que, ao se realizar, sempre se mantém como promessa, reserva de utopia, de possibilidade de ser outro, do ser outro, do estar com os outros, do estar noutro. Isso tudo revela novas exigências históricas, pedagógicas e políticas que, no fundo, também se convertem em exigências éticas.

\* \* \*

Se não oferecemos luzes com força para dissipar as sombras, talvez tenhamos indicado “lampejos”. Ainda assim, sigamos de *Mãos dadas*, como quer Carlos Drummond de Andrade, em *Sentimento do Mundo* (1940, p. 3), quando diz:

Não serei o poeta de um mundo caduco / Também não cantarei o mundo futuro / Estou preso à vida e olho meus companheiros / Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças / Entre eles, considere a enorme realidade / O presente é tão grande, não nos afastemos / Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

## Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BENJAMIN, Walter. *O Capitalismo como religião*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. Trad. Susana K. Lages e Ernani Chaves. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie (Org.). *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michael. *Aviso de Incêndio: uma leitura das teses "Sobre o Conceito de História"*. Trad. W. N. C Brandt [Trad. das Teses por Jeanne M. Gagnebin e M. L Müller]. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUSSEL, Enrique D. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Trad. Jaime A. Clasen et al. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HINKELAMMERT, Franz. Determinismo y autoconstitución del sujeto: las leyes que se imponen a espaldas de los actores y el orden por el desorden. *Revista Pasos*, Editorial DEI, San José, n. 64, p. 27-46, mar./abr. 1996.

HINKELAMMERT, Franz. *El sujeto y la ley: el retorno del sujeto reprimido*. Heredia, Costa Rica: EUNA, 2003.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Trad. Wanda N. C. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Trad. Eliane Zagury. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história*. Comentários às teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história". Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2011 [*Medianoche en la historia*. Madrid: Trotta, 2006].

OXFAM. *Una economía al servicio del 1%*. Informe de Oxfam. Londres, janeiro 2016. Disponível em: <[www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_atta-](http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_atta-)

chments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-es\_0.pdf>. Acesso em: 10/02/2016.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 367-382.

Recebido em: 30 de setembro de 2017.

Aprovado em: 1 de novembro de 2017.